

PREÂMBULO:

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do Agente de Contratação Michelle Lúcia Vieira dos Santos, designado(a) por meio da Portaria nº 2.727, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 15/06/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao SEI Nº 2300000871.000684/2023-63 do HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, e com a respectiva autorização do Diretor Geral do Hospital da Restauração, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo¹**MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR ITEM**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: VER NO PORTAL PEINTEGRADO E DIÁRIO OFICIAL	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: VER NO PORTAL PEINTEGRADO E DIÁRIO OFICIAL	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: VER NO PORTAL PEINTEGRADO E DIÁRIO OFICIAL	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: PE-INTEGRADO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <u>www.peintegrado.pe.gov.br</u>	
Dados para contato	
Pregoeiro (a): MICHELLE LÚCIA VIEIRA DOS SANTOS	E-mail: <u>michelle.v santos@saude.pe.gov.br</u>
Fone: (81) 3183-7764	e-mail: <u>ac48.sadpe@gmail.com</u>
Endereço: Av. Antônio de Goes, 194 - Pina, Recife - PE, 51010-620	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF</u> .	
<i>OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</i>	

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de PRODUTOS MÉDICOS (insumos hospitalares), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas dos seguintes órgãos participantes HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO GOV. PAULO GUERRA e HOSPITAL AGAMENOM MAGALHÃES.

1.2. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

1.3. O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

1.5. O(s) item(ns)/lote(s) 25 à 48 são de participação reservada a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 20.708.073,2300** (Vinte milhões, setecentos e oito mil, setenta e três reais e vinte e três centavos), distribuídos em itens, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária (UO): 00208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta

Unidade Gestora: 530407

Programa de Trabalho: 10.302.0410.2393.1656

Fonte de Recurso: TES-761

Natureza de Despesa: CONSUMO - 339030

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrado no sistema PE-Integrado, adotando as seguintes providências:

3.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao sistema PE-INTEGRADO, no endereço www.peintegrado.pe.gov.br, através do link "Cadastre-se no sistema";

3.1.2. Após a conclusão do cadastro online, a interessada deverá entrar em contato com o suporte por meio do e-mail suporte.peintegrado@sad.pe.gov.br, para dar continuidade ao processo de credenciamento com envio eletrônico dos documentos comprobatórios descritos na página eletrônica citada, e recebimento do login pessoal de acesso ao sistema;

3.1.3. O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer modalidade de licitação sob a forma eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Governo do Estado, devidamente justificada;

3.1.4. Para fins de credenciamento e operacionalização do sistema PE-INTEGRADO, indica-se que as licitantes utilizem o navegador "Google Chrome", responsabilizando-se por eventual ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância desta disposição;

3.1.5. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalização do sistema, as licitantes deverão entrar em contato com a Gerência de Sistemas Integrados de Gestão - GESIG pelo telefone (81) 3183-7721 ou através do e-mail: suporte.peintegrado@sad.pe.gov.br.

3.2. A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

3.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

3.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

3.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no PE-INTEGRADO, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

3.2.3.1. Caso haja usuário “ativo” no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.2. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.3.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.3.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/21 e no presente Edital:

4.2. A apresentação do Termo de Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelas consorciadas, deverá prever:

4.2.1. Indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

4.2.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

4.2.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada até o final da execução do contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante, ficando a substituição de consorciado condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

4.2.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrente desta licitação;

4.2.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

4.2.6. Obrigações de cada uma das consorciadas, individualmente, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

4.3. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

4.4. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.2.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 08h às 12 horas e das 13h às 17 horas.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema PE-INTEGRADO.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

7.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta não identificada, com o preço expresso em moeda nacional até a data e horário marcados no preâmbulo do Edital, quando então se encerrará automaticamente a fase de recebimento das propostas iniciais.

7.2. A licitante deverá especificar os PREÇOS UNITÁRIOS do(s) item(ns) nos quais pretende concorrer.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;

7.3.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.

7.4. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, como Produtor Rural Pessoa Física e Agricultor Familiar² ou Sociedade Cooperativa com tratamento equiparado³, nos termos do art. 3º-A, da Lei Complementar nº 123/2006, e do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

7.4.1. Ao declarar o enquadramento previsto no item 7.4, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei 14.133/2021⁴, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na LCE 123, de 2006 e neste Edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às microempresas, às empresas de pequeno porte e às entidades equiparadas.

7.4.2. Ao declarar o enquadramento como sociedade cooperativa, a licitante também declara que atende os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. Nos itens/lotos com participação exclusiva ou reservada às licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais (MEI) a declaração prevista no item 7.4 é requisito para o exercício do benefício ao referido item/lote e sua ausência impede o prosseguimento da participação da licitante naquele item/lote.

7.6. Nos itens/lotes de ampla concorrência, a ausência da declaração prevista no item 7.4 não impedirá a participação das licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) no processo licitatório, porém indicará que abdicou do direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.7. A falsidade das declarações previstas nos itens 7.3 e 7.4 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.8. A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

7.9. As propostas terão validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante.

7.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico, sendo facultado à licitante retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada até a abertura da sessão pública.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5.O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1.O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6.Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8.Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1.Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.2.Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3.O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4.A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5.Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6.Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7.Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8.Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

9.9.Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.peintegrado.pe.gov.br.

9.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 15 (quinze) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.15. Encerrada a etapa de que trata o item 9.12, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

10. DOS CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Encerrada a fase de disputa, havendo eventual empate⁵ entre propostas ou lances, deverão ser aplicados os critérios estabelecidos no art. 31 do Decreto Estadual nº 54.142/2022.

10.1.1. Na utilização do critério de disputa final, as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado no prazo improrrogável de 05 (cinco) minutos.

10.1.2. Persistindo o empate, o agente de contratação questionará às licitantes empatadas sobre o atendimento dos critérios previstos no inciso IV⁶ e no §1º do art. 31 do Decreto Estadual nº 54.142/2022, assinalando prazo para que a licitante que julgue ser beneficiária do critério de preferência apresente os documentos necessários à comprovação do requisito.

10.1.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes manifestar-se na forma prevista no item 10.1.2, ou se não for devidamente comprovado o seu direito, o Agente de Contratação realizará sorteio para definir a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

10.2. Não havendo empate ou desempatadas as propostas/lances nos termos do item 10.1, o Sistema procederá à verificação automática da existência de empate ficto, considerando o porte das entidades empresariais participantes.

10.2.1. Se a licitante classificada em primeiro lugar for empresa de maior porte e houver lance de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, considera-se a ocorrência de empate ficto, devendo ser adotadas as seguintes providências:

- a) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada mais bem classificado poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico, apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que será classificada provisoriamente em primeiro lugar.
- b) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- c) Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparadas e que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- d) Havendo mais de uma microempresa, empresa de pequeno porte, Microempreendedor Individual (MEI) ou equiparada com proposta de mesmo valor, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de apresentar melhor oferta.

10.2.2. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 10.2.1, a licitação prossegue com as demais licitantes.

11.DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2.A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1.O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4.Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1.No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5.No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6.O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1.Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3.Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2.A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.3. Os documentos deverão ser enviados para o e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, com cópia para o e-mail ac48.sadpe@gmail.com, no prazo de 02 (duas) horas corridas, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação.

12.4.O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6.A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7.Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8.Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9.A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10.A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13.DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2.Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1.Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4.No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta folders, catálogos e/ou prospectos do produto objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4.Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 13.4;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;

- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) tenham a amostra reprovada, na forma do item 13.17 deste Edital.;
- g) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Será exigida garantia adicional da licitante vencedora cuja proposta seja inferior a 85% do valor estimado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

13.8. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.9. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.10. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.11. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.12. Não havendo licitante classificada na Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, observados os regramentos do art. 90, §2º,

da Lei 14.33/2021, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado, e que comprovem a habilitação técnica e econômico- financeira para a totalidade dos quantitativos licitados.

13.13. Para análise conclusiva da conformidade da proposta, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar AMOSTRA do(s) produto(s) objeto da licitação, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação, sem possibilidade de prorrogação, sob pena de desclassificação.

13.13.1. Antes da análise da amostra, o Agente de Contratação analisará, de forma preliminar, os documentos de habilitação elencados no item 14.1 deste Edital, com vistas a verificar sua regularidade formal e a viabilidade de dar prosseguimento à etapa de amostras.

13.13.2. Caso os documentos de habilitação contenham vício insanável, a licitante será inabilitada sem análise da amostra.

13.14. As amostras deverão ser entregues no prazo e no endereço especificados no Termo de Referência, com observância das demais regras ali previstas.

13.15. As amostras serão objetivamente avaliadas pela área técnica do órgão licitante de acordo com a disciplina prevista no TR.

13.16. Se a(s) amostra(s) for(em) aprovada(s), o agente de contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante análise conclusiva da documentação exigida neste Edital.

13.17. Se a(s) amostra(s) for(em) reprovada(s), ou não entregue(s) no prazo estabelecido, a proposta será desclassificada e o agente de contratação retomará a sessão pública para convocar a licitante detentora da melhor oferta subsequente a apresentar as suas amostras, observado o mesmo prazo e as mesmas condições previstas nos itens 13.5 e 13.13.

13.18. A decisão que aprovar ou reprovar a amostra será formalizada por despacho fundamentado em parecer técnico e disponibilizada no sistema PE- Integrado.

13.13.Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1.A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Pessoa física⁷: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.2.2.Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.4.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI⁸: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.5. Sociedade empresária estrangeira⁹: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.5.1.Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

14.3.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN),

referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante. Caso a licitante tenha filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar também a CRF de Pernambuco;

14.3.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.4. REGULRIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

14.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.4.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.4.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.4.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.¹⁰

14.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

14.4.6.1.Caso a licitante tenha filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar também a CRF de Pernambuco;

14.4.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.4.8.As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.4.9.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.4.10.A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005

14.5. Qualificação Técnica:

14.5.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA, em plena validade;

14.5.2. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.5.3. Será considerado compatível em características o fornecimento de MATERIAIS MÉDICOS.

14.5.4. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

14.5.5. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.5.6. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por observar os ditames do §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.7. Comprovação de atendimento aos requisitos Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa , previstos na lei com base na Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e na Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014.

14.6. Qualificação Econômico-Financeira:

14.6.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.6.2. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (**processos judiciais eletrônicos**) da sede ou domicílio da licitante;

14.6.3. A certidão descrita no item 12.2.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os **processos judiciais eletrônicos**.

14.6.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

14.6.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.6.7. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento

14.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6.9. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

14.6.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.¹¹

15. Documentos complementares:

15.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

15.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

15.3. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

16. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

16.1. A documentação poderá ser apresentada em original ou ser enviada para o e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, com cópia para o e-mail ac48.sadpe@gmail.com.

16.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

16.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

16.4. Se os documentos indicados no item 12.4.3., na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

16.5. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

16.6. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

16.6.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

16.7. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

16.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

16.9. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

16.10. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

16.11. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

16.11.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.11.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

16.12. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 12.4.7.

16.13. Em caso de participação de empresas em consórcio, o Termo de Compromisso de que trata o item 16.2 deverá ser apresentado em conjunto com os documentos de habilitação, observadas as seguintes disposições:

16.13.1. Cada empresa consorciada deve apresentar os documentos exigidos nos itens 16.2 e 16.3 deste Edital, para fins de comprovar a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, social e trabalhista;

16.13.2. A fim de comprovar a qualificação econômico-financeira, exige-se que cada consorciado apresente a Certidão Negativa de Falência, prevista no item 12.4.2, e comprove o atendimento aos índices contábeis fixados no item 12.4.4.

12.4.12.3. Para a prova da qualificação técnica, quando exigida, será admitido o somatório dos quantitativos dos atestados fornecidos por cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigido capital social ou patrimônio líquido mínimo, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.4.12.4. A exigência de qualificação econômico-financeira relativa ao Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo terá um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido do licitante individual.

12.4.12.4.1. O acréscimo previsto não será exigido se o consórcio for formado integralmente por microempresa ou empresas de pequeno porte.

15.DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Caso a mesma licitante apresente o melhor lance para mais de um item/lote espelhado ou para Cota reservada e para Cota principal com propostas diferentes, o Agente de Contratação deverá negociar para tentar obter a equiparação dos preços aos valores mais vantajosos.

15.2.1. Havendo êxito na negociação, os novos preços deverão ser ajustados nos campos específicos do PE-INTEGRADO.

15.3. Caso duas ou mais licitantes distintas vençam itens/lotos espelhados, ou cota reservada e principal, com preços diferentes, o Agente de Contratação deverá oportunizar o prazo de 02 (duas) horas corridas para que apresentem nova proposta de preço, com vistas à obtenção do direito de preferência no eventual consumo da Ata.

15.3.1. As novas propostas deverão ser enviadas para o e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, com cópia para o e-mail ac48.sadpe@gmail.com.

15.4. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.5. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, a documentação deverá ser enviada para o e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, com cópia para o e-mail ac48.sadpe@gmail.com, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema PE- Integrado, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema PE-Integrado.

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

20.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

20.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

20.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

20.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

20.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

20.1.3.5. deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. fraudar a licitação;

20.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

20.1.8.cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

20.2.As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:¹²

20.2.1.Multa;

20.2.2.Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

20.2.3.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

20.3.As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

20.4.1.Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais)¹³e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

20.4.2.Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

20.4.3.Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4. 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

20.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

20.5.1. No cometimento da infração prevista no item 20.1.1: de 6 a 12 meses;

20.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2 e 20.1.3: até 6 meses;

20.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9: de 03 a 6 anos.

20.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

20.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

20.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

20.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

20.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

20.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

20.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

20.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1.A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

21.2.As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema PE-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

21.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

21.4.Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

21.5.Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

21.6.As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

21.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

21.8.Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

21.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no PE-INTEGRADO e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

21.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

21.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

21.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Data conforme assinatura eletrônica.

Michelle Lúcia Vieira dos Santos
Agente de contratação AC48

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Formação de Registro de Preços para o eventual fornecimento de PRODUTOS MÉDICOS (NEUROFUNCIONAL), nos termos da legislação vigente e do Documento de Formalização da Demanda presente nos autos e conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens e descritos conforme quadro(s) abaixo:

ITENS DE COTAS PRINCIPAIS

Itens	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1	3152928	(3152928) - SISTEMA DE INFUSAO DE DROGAS - MATERIA PRIMA DE TITANIO,COM RESERVATORIO DE 20ML,VAZAO MINIMA DE 0.048 ML/DIA, 01 CATETER INTRATECAL (DUAS PECAS DO CATETER SUTURA CONECTOR DA BOMBA COMPRIMENTO DO CATETER TOTAL DE 104,1 CENTIMETROS),01 N'VISION PROGRAMADOR CLINICO (LER E ALTERAR AS CONFIGURACOES DO SISTEMA IMPLANTADO DE INFUSAO)..	UN	R\$ 48.000,0000	9	R\$432.000,0000
2	3118533	(3118533) - ESTIMULADOR DE NERVO VAGO (TERAPIA VNS) - E INDICADO PARA USO COMO UMA TERAPIA ADJUNTA NA REDUCAO DA FREQUENCIA DE CRISES DE EPILEPSIA,COMPOSTO POR: GERADOR PULSO IMPLANTAVEL, CONDUTOR IMPLANTAVEL E INSTRUMENTAL DE TUNELIZACAO,GERADOR DE PULSO: SISTEMA MICROPROCESSADO, MULTI PROGRAMAVEL POR MEIO DE TELEMETRIA, IMPLANTAVEL SUBCUTANEAMENTE. CONDUTOR IMPLANTAVEL: ELETRODO A SER COLOCADO AO REDOR DO NERVO VAGO AFIM DE TRANSMITIR O SINAL ELETRICO DO GERADOR DE PULSO ATE O NERVO VAGO. INSTRUMENTAL DE TUNELIZACAO: PARA SER USADA DURANTE PROCEDIMENTO DO IMPLANTE DO SISTEMA DE TERAPIA VNS, COMPOSTO DE: 01 EIXO DE ACO, 01 LUVA DE POLIMERO DE FLUOROCARBONETO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAU	UN	R\$150.000,0000	14	R\$2.100.000,0000
3	3721680	(3152928) - SISTEMA DE INFUSAO DE DROGAS - MATERIA PRIMA DE TITANIO,COM RESERVATORIO DE 20ML,VAZAO MINIMA DE 0.048 ML/DIA, 01 CATETER INTRATECAL (DUAS PECAS DO CATETER SUTURA CONECTOR DA BOMBA COMPRIMENTO DO CATETER TOTAL DE 104,1 CENTIMETROS),01 N'VISION PROGRAMADOR CLINICO (LER E ALTERAR AS CONFIGURACOES DO SISTEMA IMPLANTADO DE INFUSAO),...(3721680) - CONJUNTO DE IMPLANTE - MODULO DESCARTAVEL IMPLANTADOR DE CIRURGIA GUIADA POR ESTEREOTAXIA CEREBRAL PARA USO NO NEUROESTIMULADOR,COMPOSTO DE 02 (DOIS) IMPLANTADORES DE ELETRODO CEREBRAL, 01 (UM)CONJUNTO DE GUIA ESTEREOTAXICO E 01 (UMA) BROCA DE 14 MM,TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, INSTALACAO.REGISTRO NA ANVISA	UN	R\$24.000,0000	42	R\$1.008.000,0000

4	3462099	(3462099) - CONJUNTO PARA LESAO CEREBRAL - REALIZACAO DE INTERVENCAO NEUROCIRURGICA DE IMPLANTACAO DE ELETRODO CEREBRAL PROFUNDO COM ESTEREOTAXIA,COMPOSTA POR IMPLANTADOR COM BROCA DE 14MM DESCARTAVEL, GUIA ESTEREOTAXICO, ELETRODO DE MICROREGISTRO E IMPLANTADORES DESCARTAVEIS.,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	R\$25.750,0000	21	R\$540.750,0000
5	3996760	(3152928) - SISTEMA DE INFUSAO DE DROGAS - MATERIA PRIMA DE TITANIO,COM RESERVATORIO DE 20ML,VAZAO MINIMA DE 0.048 ML/DIA, 01 CATETER INTRATECAL (DUAS PECAS DO CATETER SUTURA CONECTOR DA BOMBA COMPRIMENTO DO CATETER TOTAL DE 104,1 CENTIMETROS),01 N'VISION PROGRAMADOR CLINICO (LER E ALTERAR AS CONFIGURACOES DO SISTEMA IMPLANTADO DE INFUSAO),...,(3721680) - CONJUNTO DE IMPLANTE - MODULO DESCARTAVEL IMPLANTADOR DE CIRURGIA GUIADA POR ESTEREOTAXIA CEREBRAL PARA USO NO NEUROESTIMULADOR,COMPOSTO DE 02 (DOIS) IMPLANTADORES DE ELETRODO CEREBRAL, 01 (UM)CONJUNTO DE GUIA ESTEREOTAXICO E 01 (UMA) BROCA DE 14 MM,TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, INSTALACAO.REGISTRO NA ANVISA(3996760) - CONJUNTO PARA RIZOTOMIA - UTILIZADO PARA O TRATAMENTO DA DOR,ACIONAMENTO POR RADIOFREQUENCIA E TERMO CONTROLADO,COMPOSTO POR 4(QUATRO) CANULAS DESCARTAVEIS,EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UN	R\$5.195,0000	23	R\$2.100.000,0000
6	4194675	(4194675) - CONJUNTO DE IMPLANTE - PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,COMPOSTO POR NEUROESTIMULADOR UNILATERAL COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO CONTENDO UM GERADOR DE PULSO E ADAPTADOR PROGRAMAVEL POR TELEMETRIA,EMBALAGEM APROPRIADA. REGISTRO NO MISNITERIO DA SAUDE	UN	R\$27.850,0000	4	R\$2.111.400,0000
7	4194691	(4194691) - CONJUNTO DE IMPLANTE - PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,COMPOSTO POR 01 ELETRODO CEREBRAL PROFUNDO COM NO MINIMO 04 POLOS ATIVOS,EMBALAGEM APROPRIADA. REGISTRO NO MISNITERIO DA SAUDE	UN	R\$18.500,0000	4	R\$74.000,0000
8	4194748	(4194748) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO MEDULAR OU NERVO PERIFERICO,NEUROESTIMULADOR,CONTENDO,EL ETRODO, COM NO MINIMO QUATRO POLOS,CABO EXTENSOR,CONTROLE PACIENTE, GERADOR DE PULSO RECARREGAVEL PROGRAMAVEL POR TELEMETRIA,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	R\$ 67.042,6000	9	R\$ 603.383,0000
9	3732924	(3732924) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - UTILIZADO PARA O TRATAMENTO DA DOENCA DE PARKINSON,02 NEUROESTIMULADORES UNILATERAL, COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,CONTENDO,02 ELETRODOS DBS,02 CABOS EXTENSOR,01 CONTROLE PACIENTE,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	R\$ 47.206,1100	21	R\$ 993.428,3100
10	3567575	(3567575) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL -	UN	R\$ 82.025,0000	21	R\$ 1.722.525,0000

		UTILIZADO PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON,COM ESTIMULACAO BILATERAL,CONJUNTO COM 02 ELETRODOS QUADRIPOLOARES,02 CABOS EXTENSORES,02 GERADORES RECARREGAVEIS,01 CONTROLE REMOTO DE ACESSO A TERAPIA,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE			
11	3710157	(3710157) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - UTILIZADO PARA CIRURGIA DE DISTURBIOS DE MOVIMENTO,01 NEUROESTIMULADOR BILATERAL NAO RECARREGAVEL COMPATIVEL COM TM CRANIO E PARCAPASSO CARDIACO PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,CONTENDO:02 ELETRODOS DBS,02 CABOS EXTENSORES,01 CONTROLE PACIENTE,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	21	R\$ 1.537.578,0000
12	3896129	(3896129) - KIT PARA DREZOTOMIA - KIT DESCARTAVEL DE DREZ,ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS NECESSARIOS PARA O PROCEDIMENTO,,DEVE POSSUIR ASSISTENCIA TECNICA EM PERNAMBUCO, REGISTRO NA ANVISA, TREINAMENTO OPERACIONAL E INSTALACAO INCLUSOS	UN	14	R\$ 211.459,5000
13	4188357	(4188357) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,NEUROESTIMULADOR UNILATERAL, COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO,CONTENDO,02 ELETRODOS, COM NO MINIMO QUATRO POLOS EM CADA ELETRODO,02 CABOS EXTENSORES,01 CONTROLE PACIENTE, E 02 GERADORES DE PULSO PROGRAMAVEIS POR TELEMETRIA,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	28	R\$ 2.050.104,0000
14	4188365	(4188357) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,NEUROESTIMULADOR UNILATERAL, COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO,CONTENDO,02 ELETRODOS, COM NO MINIMO QUATRO POLOS EM CADA ELETRODO,02 CABOS EXTENSORES,01 CONTROLE PACIENTE, E 02 GERADORES DE PULSO PROGRAMAVEIS POR TELEMETRIA,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	19	R\$ 1.458.132,0100
15	4188373	(4188373) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO MEDULAR OU NERVO PERIFERICO,NEUROESTIMULADOR,CONTENDO,EL ETRODO COM NO MINIMO QUATRO POLOS,CABO EXTENSOR,CONTROLE PACIENTE, GERADOR DE PULSO PROGRAMAVEL POR TELEMETRIA,EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	28	R\$ 1.550.976,0000
16	3983188	(3983188) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - 01 (UM) GERADOR RECARREGAVEL (MARCA-PASSO, COM SENSOR DE POSICAO),01 (UM) EXTENSOR,01 (UM) ELETRODO DE PLACA COM 16 POLOS,01(UM) RECARREGADOR PARA TRATAMENTO CIRURGICO PARA IMPLANTE DE NEUROESTIMULADOR MEDULAR.	UN	9	R\$ 1.453.500,0000
17	4829123	(4829123) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 ELETRODO CEREBRAL COM NO MINIMO 04 POLOS ATIVOS,PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,FABRICANTE BOSTON	UN	9	R\$ 151.488,0000
18	4829158	(4829158) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 CABO EXTENSOR PARA ELETRODO,PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,FABRICANTE BOSTON.	UN	9	R\$ 89.791,6950
19	4829204	(4829204) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA	UN	9	R\$ 517.833,0000

		ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,NAO RECARREGAVEL,FABRICANTE BOSTON.				
20	4829239	(4829239) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,RECARREGAVEL,FABRICANTE BOSTON	UN	R\$ 86.394,4600	9	R\$ 777.550,1400
21	4829131	(4829131) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 ELETRODO CEREBRAL COM NO MINIMO 04 POLOS ATIVOS,PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,FABRICANTE MEDTRONIC.	UN	R\$ 18.500,0000	9	R\$ 166.500,0000
22	4829166	(4829166) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 CABO EXTENSOR PARA ELETRODO,PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 8.700,0000	9	R\$ 78.300,0000
23	4829212	(4829212) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,NAO RECARREGAVEL,FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 49.000,0000	9	R\$ 441.000,0000
24	4829947	(4829247) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,RECARREGAVEL,FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 91.100,0000	9	R\$ 819.900,0000

ITENS DE COTAS RESERVADAS

Itens	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
25	3152928	(3152928) - SISTEMA DE INFUSAO DE DROGAS - MATERIA PRIMA DE TITANIO,COM RESERVATORIO DE 20ML,VAZAO MINIMA DE 0.048 ML/DIA, 01 CATETER INTRATECAL (DUAS PECAS DO CATETER SUTURA CONECTOR DA BOMBA COMPRIMENTO DO CATETER TOTAL DE 104,1 CENTIMETROS),01 N'VISION PROGRAMADOR CLINICO (LER E ALTERAR AS CONFIGURACOES DO SISTEMA IMPLANTADO DE INFUSAO),.	UN	R\$ 48.000,0000	1	R\$48.000,0000
26	3118533	(3118533) - ESTIMULADOR DE NERVO VAGO (TERAPIA VNS) - E INDICADO PARA USO COMO UMA TERAPIA ADJUNTA NA REDUCAO DA FREQUENCIA DE CRISES DE EPILEPSIA,COMPOSTO POR: GERADOR PULSO IMPLANTAVEL, CONDUTOR IMPLANTAVEL E INSTRUMENTAL DE TUNELIZACAO,GERADOR DE PULSO: SISTEMA MICROPROCESSADO, MULTI PROGRAMAVEL POR MEIO DE TELEMETRIA, IMPLANTAVEL SUBCUTANEAMENTE. CONDUTOR IMPLANTAVEL: ELETRODO A SER COLOCADO AO REDOR DO NERVO VAGO AFIM DE TRANSMITIR O SINAL ELETRICO DO GERADOR DE PULSO ATE O NERVO VAGO. INSTRUMENTAL DE TUNELIZACAO: PARA SER USADA DURANTE PROCEDIMENTO DO IMPLANTE DO SISTEMA DE TERAPIA VNS, COMPOSTO DE: 01 EIXO DE ACO, 01 LUVIA DE POLIMERO DE FLUOROCARBONETO,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	R\$ 150.000,0000	1	R\$150.000,0000
27	3721680	(3152928) - SISTEMA DE INFUSAO DE DROGAS - MATERIA PRIMA DE TITANIO,COM RESERVATORIO DE 20ML,VAZAO MINIMA DE 0.048 ML/DIA, 01 CATETER INTRATECAL (DUAS PECAS DO CATETER SUTURA CONECTOR DA BOMBA COMPRIMENTO DO CATETER TOTAL DE 104,1 CENTIMETROS),01 N'VISION	UN	R\$ 24.000,0000	3	R\$72.000,0000

		PROGRAMADOR CLINICO (LER E ALTERAR AS CONFIGURACOES DO SISTEMA IMPLANTADO DE INFUSAO),...(3721680) - CONJUNTO DE IMPLANTE - MODULO DESCARTAVEL IMPLANTADOR DE CIRURGIA GUIADA POR ESTEREOTAXIA CEREBRAL PARA USO NO NEUROESTIMULADOR,COMPOSTO DE 02 (DOIS) IMPLANTADORES DE ELETRODO CEREBRAL, 01 (UM)CONJUNTO DE GUIA ESTEREOTAXICO E 01 (UMA) BROCA DE 14 MM,TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, INSTALACAO.REGISTRO NA ANVISA			
28	3462099	(3462099) - CONJUNTO PARA LESAO CEREBRAL - REALIZACAO DE INTERVENCAO NEUROCIRURGICA DE IMPLANTACAO DE ELETRODO CEREBRAL PROFUNDO COM ESTEREOTAXIA,COMPOSTA POR IMPLANTADOR COM BROCA DE 14MM DESCARTAVEL, GUIA ESTEREOTAXICO, ELETRODO DE MICROREGISTRO E IMPLANTADORES DESCARTAVEIS.,REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	R\$ 25.780,0000	R\$ 51.500,0000
29	3996760	(3152928) - SISTEMA DE INFUSAO DE DROGAS - MATERIA PRIMA DE TITANIO,COM RESERVATORIO DE 20ML,VAZAO MINIMA DE 0,048 ML/DIA, 01 CATETER INTRATECAL (DUAS PECAS DO CATETER SUTURA CONECTOR DA BOMBA COMPRIMENTO DO CATETER TOTAL DE 104,1 CENTIMETROS),01 N'VISION PROGRAMADOR CLINICO (LER E ALTERAR AS CONFIGURACOES DO SISTEMA IMPLANTADO DE INFUSAO),...(3721680) - CONJUNTO DE IMPLANTE - MODULO DESCARTAVEL IMPLANTADOR DE CIRURGIA GUIADA POR ESTEREOTAXIA CEREBRAL PARA USO NO NEUROESTIMULADOR,COMPOSTO DE 02 (DOIS) IMPLANTADORES DE ELETRODO CEREBRAL, 01 (UM)CONJUNTO DE GUIA ESTEREOTAXICO E 01 (UMA) BROCA DE 14 MM,TODOS OS DISPOSITIVOS E ACESSORIOS NECESSARIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO, INSTALACAO.REGISTRO NA ANVISA(3996760) - CONJUNTO PARA RIZOTOMIA - UTILIZADO PARA O TRATAMENTO DA DOR,ACIONAMENTO POR RADIOFREQUENCIA E TERMO CONTROLADO,COMPOSTO POR 4(QUATRO) CANULAS DESCARTAVEIS,EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UN	R\$ 5.195,0000	R\$10.390,0000
30	4194675	(4194675) - CONJUNTO DE IMPLANTE - PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,COMPOSTO POR NEUROESTIMULADOR UNILATERAL COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO CONTENDO UM GERADOR DE PULSO E ADAPTADOR PROGRAMAVEL POR TELEMETRIA,EMBALAGEM APROPRIADA. REGISTRO NO MISNITERIO DA SAUDE	UN	R\$27.850,0000	R\$ 27.850,0000
31	4194691	(4194691) - CONJUNTO DE IMPLANTE - PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA,COMPOSTO POR 01 ELETRODO CEREBRAL PROFUNDO COM NO MINIMO 04 POLOS ATIVOS,EMBALAGEM APROPRIADA. REGISTRO NO MISNITERIO DA SAUDE	UN	R\$ 18.500,0000	R\$ 18.500,0000
32	4194748	(4194748) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO MEDULAR OU NERVO PERIFERICO,NEUROESTIMULADOR,CONTENDO,ELETRODO, COM NO MINIMO QUATRO POLOS,CABO EXTENSOR,CONTROLE	UN	R\$ 37.042,6000	R\$ 37.042,6000

		PACIENTE, GERADOR DE PULSO RECARREGAVEL PROGRAMAVEL POR TELEMETRIA, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE				
33	3732924	(3732924) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - UTILIZADO PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON, 02 NEUROESTIMULADORES UNILATERAL, COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, CONTENDO, 02 ELETRODOS DBS, 02 CABOS EXTENSOR, 01 CONTROLE PACIENTE, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	R\$ 47.306,1100	2	R\$ 94.612,2200
34	3567575	(3567575) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - UTILIZADO PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON, COM ESTIMULACAO BILATERAL, CONJUNTO COM 02 ELETRODOS QUADRIPOLOARES, 02 CABOS EXTENSORES, 02 GERADORES RECARREGAVEIS, 01 CONTROLE REMOTO DE ACESSO A TERAPIA, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	R\$ 82.025,0000	2	R\$ 164.050,0000
35	3710157	(3710157) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - UTILIZADO PARA CIRURGIA DE DISTURBIOS DE MOVIMENTO, 01 NEUROESTIMULADOR BILATERAL NAO RECARREGAVEL COMPATIVEL COM TM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, CONTENDO, 02 ELETRODOS DBS, 02 CABOS EXTENSORES, 01 CONTROLE PACIENTE, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	R\$ 73.218,0000	2	R\$ 146.436,0000
36	3896129	(3896129) - KIT PARA DREZOTOMIA - KIT DESCARTAVEL DE DREZ, ACOMPANHA TODOS OS ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS NECESSARIOS PARA O PROCEDIMENTO, DEVE POSSUIR ASSISTENCIA TECNICA EM PERNAMBUCO, REGISTRO NA ANVISA, TREINAMENTO OPERACIONAL E INSTALACAO INCLUSOS	UN	R\$ 15.104,2500	1	R\$ 15.104,2500
37	4188357	(4188357) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, NEUROESTIMULADOR UNILATERAL, COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO, CONTENDO, 02 ELETRODOS, COM NO MINIMO QUATRO POLOS EM CADA ELETRODO, 02 CABOS EXTENSORES, 01 CONTROLE PACIENTE, E 02 GERADORES DE PULSO PROGRAMAVEIS POR TELEMETRIA, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANCA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE	UN	R\$ 73.218,0000	2	R\$ 146.436,0000
38	4188365	(4188365) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, NEUROESTIMULADOR UNILATERAL, COMPATIVEL COM RM CRANIO E MARCAPASSO CARDIACO, CONTENDO, 02 ELETRODOS, COM NO MINIMO QUATRO POLOS EM CADA ELETRODO, 02 CABOS EXTENSORES, 01 CONTROLE PACIENTE, E 02 GERADORES DE PULSO PROGRAMAVEIS	UN	R\$ 76.743,7900	1	R\$ 76.743,7900

		POR TELEMETRIA, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANÇA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE				
39	4188373	(4188373) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - PARA ESTIMULACAO MEDULAR OU NERVO PERIFERICO, NEUROESTIMULADOR, CONTEUDO, ELETRODO COM NO MINIMO QUATRO POLOS, CABO EXTENSOR, CONTROLE PACIENTE, GERADOR DE PULSO PROGRAMAVEL POR TELEMETRIA, EMBALAGEM DO PRODUTO COM SEGURANÇA PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UN	R\$ 55.392,0000	2	R\$ 110.784,0000
40	3983188	(3983188) - NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL - 01 (UM) GERADOR RECARREGAVEL (MARCA-PASSO, COM SENSOR DE POSICAO), 01 (UM) EXTENSOR, 01 (UM) ELETRODO DE PLACA COM 16 POLOS, 01 (UM) RECARREGADOR PARA TRATAMENTO CIRURGICO PARA IMPLANTE DE NEUROESTIMULADOR MEDULAR.	UN	R\$ 161.500,0000	1	R\$ 161.500,0000
41	4829123	(4829123) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 ELETRODO CEREBRAL COM NO MINIMO 04 POLOS ATIVOS, PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, FABRICANTE BOSTON	UN	R\$ 161.500,0000	1	R\$ 161.500,0000
42	4829158	(4829158) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 CABO EXTENSOR PARA ELETRODO, PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, FABRICANTE BOSTON	UN	R\$ 9.976,8550	1	R\$ 9.976,8550
43	4829204	(4829204) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, NAO RECARREGAVEL, FABRICANTE BOSTON	UN	R\$ 57.537,0000	1	R\$ 57.537,0000
44	4829239	(4829239) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, RECARREGAVEL, FABRICANTE BOSTON	UN	R\$ 86.394,4600	1	R\$ 86.394,4600
45	4829131	(4829131) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 ELETRODO CEREBRAL COM NO MINIMO 04 POLOS ATIVOS, PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 18.500,0000	1	R\$ 18.500,0000
46	4829166	(4829166) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 CABO EXTENSOR PARA ELETRODO, PARA REPOSICAO DE NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 8.700,0000	1	R\$ 8.700,0000
47	4829212	(4829212) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, NAO RECARREGAVEL, FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 49.000,0000	1	R\$ 49.000,0000
48	4829247	(4829247) - CONJUNTO DE IMPLANTE - COMPOSTO POR 01 NEUROESTIMULADOR IMPLANTAVEL PARA ESTIMULACAO CEREBRAL PROFUNDA, RECARREGAVEL, FABRICANTE MEDTRONIC	UN	R\$ 91.100,0000	1	R\$ 91.100,0000

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente contratação se dará em função da necessidade de aquisição de PRODUTOS MÉDICOS (NEUROFUNCIONAL), a fim de atender o HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO - HR, uma vez que e atenda a necessidade de suprimento da demanda existente, visando o reabastecimento dos nossos estoques, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

2.1.2. Informe-se, por oportuno, que tal objeto atenderá o dever legal exposto na Lei Federal nº [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#) e nos incisos I e IV do art. 3º do Decreto Estadual nº 42.530/2015, que determinaRegulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da administração direta e indireta do Estado de Pernambuco.

2.1.3. A necessidade de aquisição de material de consumo para atender o serviço de Neurocirurgia visa dar subsídio a realização de cirurgias na especialidade em pacientes atendidos nesta unidade de saúde, suprimindo as necessidades do HR, por meio de processo licitatório.

2.1.4. Esta aquisição ocupa um papel importante dentro do sistema de compras no HR, uma vez que se tratam de insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos seus usuários, tendo em vista a unidade de saúde ser referência Norte-Nordeste em neurocirurgia.

2.1.5. Os objetos de que tratam este estudo, tem sua importância como material de apoio médico-hospitalar em procedimentos cirúrgicos aos usuários, por se tratar de materiais imprescindíveis a serem empregados no tratamento de pessoas, além da necessidade de disponibilização para empenho deste hospital. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo tratamento necessita dos materiais ora licitados

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos no **MEMORANDO nº 141/2023**, emitido pelo setor de planejamento, com o objetivo de atendera necessidade de suprimento da demanda existente, visando o reabastecimento dos nossos estoques, SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 530407000232023000358.

2.2.2. Visando atender à necessidade pública do HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO órgão demandante já exposta no item acima, uma vez que se mostra como essencial para o desenvolvimento de suas atividades, a Administração Pública optou por contratar o fornecimento do objeto em tela

2.3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.3.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que a divisão deste seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Art. 40, inciso V, alínea b, combinado com §2º do mesmo artigo, da Lei 14.1333/2021).

2.3.2. Na presente contratação, resta demonstrado que o parcelamento por item(ns) buscou permitir a participação de maior número de interessados, fomentando, assim, o princípio da ampla concorrência.

2.3.3. A(s) razão(ões) técnica(s) e/ou econômica(s) para a preservação do objeto parcelado por item(ns) tendo como finalidade permitir uma maior participação de empresas interessadas, possibilitando àquelas que não conseguiriam disputar o certame completo (caso fosse em lote) oferecer melhores propostas para a disputa dividida, buscando-se dessa forma beneficiar o aumento da competitividade

2.3.4. Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantajosidade para o Estado.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6.DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

6.1. Os **Produtos Médicos (Material Médico Hospitalar)** deverão ser adquiridos de acordo com as especificações e quantidades descritas no item 1 deste Termo de Referência;

6.2. O licitante deverá informar o fabricante e a marca sob a qual o(s) **Produto(s) Médico(s) (Material Médico Hospitalar)** é(são) comercializado(s). No caso de **Produtos Médicos (Material Médico Hospitalar)** importados, também deverá informar o país de origem do mesmo;

6.3. O licitante deverá informar na PROPOSTA o(s) número(s) do(s) registro(s) no Ministério da Saúde do(s) **Produto(s) Médico(s) (Material Médico Hospitalar)** cotado(s);

6.3.1. Caso o(s) produto(s) cotado(s) seja(m) dispensado(s) do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o FORNECEDOR deverá apresentar documentos que comprove o Cadastramento/Notificação do produto.

6.4. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO/ DETALHAMENTO DO OBJETO

6.4.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do item 1 deste Termo de Referência, para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

a)Configuram-se itens de Cota Principal- 95%os seguintes:

Itens 1 a 24: Correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) das quantidades do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Termo de Referência.

b)Configuram-se itens de Cota Reservada -5%os seguintes:

Itens 25 a 48: Correspondente a 5% (cinco por cento) das quantidades do objeto, destinado à participação **exclusiva** das Microempresas – **ME**, Empresas de Pequeno Porte – **EPP** e Microempreendedores Individuais – **MEI**, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

6.4.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A entrega do(s) insumo(s) será realizada de forma integral e imediata, em até 08 (oito) dias úteis, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho. A Entrega imediata e integral entende-se que ocorre no prazo de até 08 (oito) dias a contar da data da ordem de fornecimento.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

7.2 A entrega será realizada no(a) Central de Distribuição ALC LOG, 2º andar do Hospital da Restauração Gov. Paulo Guerra, no endereço Av. Agamenon Magalhães, S/N, Derby – Recife/PE, mediante agendamento prévio através do(s) telefone(s) 3181-5458, no horário das 08h às 17h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira., mediante prévio agendamento unicamente através do e-mail ue.hr@alclog.com.br.

7.3 Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho.

7.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução do contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.4.3. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 03 dia(s) útil(eis) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.4.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 08 dia(s) útil(eis), contados da notificação feita pelo fiscal, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

8.DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

8.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado global da contratação é de R\$ 20.708.073,2300 (Vinte milhões, setecentos e oito mil, setenta e três reais e vinte e três centavos).



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

8.2. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.2.1. . As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária (UO): 00208 - Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta

Unidade Gestora: 530407

Programa de Trabalho: 10.302.0410.2393.1656

Fonte de Recurso: TES-761

Natureza de Despesa: CONSUMO - 339030

9. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

9.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens forem superiores a 80 mil reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

9.2. Em consonância com o inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, os itens/lotes **25 a 48** desta licitação serão reservados às ME e EPP. Para tanto, será fixado o percentual de **5%** do quantitativo do(s) itens/lotes originais (o percentual não poderá ultrapassar 25% de acordo com a legislação), uma vez que o **Hospital da Restauração**, é órgão ligado à Secretaria Estadual de Saúde, destinado a prestação de serviço de atendimento médico a população do Estado e até mesmo da Região, se propondo a oferecer, de maneira responsável, uma assistência ágil, prática, atualizada e de qualidade, respeitando as exigências legais, necessitando assim, realizar as aquisições de **Produtos Médicos**, variados com a máxima celeridade e eficiência possível.

10.DA LICITAÇÃO

10.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODOS DE DISPUTA

10.1.1. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO / POR ITEM .

10.1.2.O modo de disputa a ser utilizado é o aberto.

11. PROPOSTA

11.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

11.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

12. DA AMOSTRA DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Antes da apreciação dos documentos de habilitação da licitante detentora da melhor proposta/classificada em primeiro lugar, o pregoeiro solicitará Catálogo/Folder à referida empresa, e caso seja necessário, a apresentação de amostra(s) do(s) produto(s), objeto da licitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da convocação no sistema, para ser analisada pelo setor técnico do Hospital, identificando:

a) Número do Processo Licitatório

b) Código e-FISCO

c) Indicação do Item

d) Quantidade exigida

e) Razão Social/Nome Completo, endereço completo, número do telefone e e-mail do proponente e/ou representante do proponente

12.2. Os Catálogos/Folders e amostras, caso seja necessário, deverão ser entregues devidamente identificados, no SETOR PREPARATÓRIO DE LICITAÇÃO, 9º andar do HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, Avenida Agamenon Magalhães, S/N, Derby, Recife/PE - CEP 52010-040, no horário de 8 às 17 horas, mediante agendamento através dos números (81) 3181-5412 ou 3181-5604 ou no e-mail: setorpreparatoriolicitacao@hr@gmail.com, conforme descrito no Termo de Referência.

12.3. Quando as amostras, caso seja necessário, forem enviadas por via postal, a postagem deverá ser realizada no prazo previsto no item 12.2., devendo a licitante comunicar ao pregoeiro a data da postagem.

12.4. *Os produtos apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento da mercadoria.*

12.5. O(s) produto(s) apresentados como amostras serão abertos e submetidos aos testes necessários e servirão como referência para o momento do recebimento do objeto.

12.6. Será admitida a presença dos demais licitantes na apresentação da amostra, sendo vedada a manifestação escrita ou oral dos licitantes durante este procedimento.

12.7. Os produtos que servirem de AMOSTRAS não poderão ser computados no quantitativo a ser entregue.

12.8. A amostra será examinada e avaliada pelo Setor de farmácia do Hospital da Restauração, sendo de sua exclusiva responsabilidade a análise e APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, garantida a publicidade de todos os atos a quaisquer interessados.

12.9. Após a entrega, o Setor de farmácia do Hospital da Restauração responsável pela análise, no prazo máximo de até 03(três) dias úteis, emitirá parecer técnico de conformidade com o objeto solicitado, informando expressamente se APROVA ou REPROVA a amostra apresentada.

12.10. No caso da APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos para análise definidos no Termo de Referência, identificando, em caso de reprovação, as exigências não atendidas.

12.11. Durante a análise técnica, poderão ser solicitados esclarecimentos ou complementos necessários para avaliação, os quais deverão ser apresentados, em até 03 dias úteis da data da notificação formal (e-mail ou ofício), sob pena de desclassificação do licitante pelo não cumprimento.

12.12. Depois de vencido o prazo de apresentação da amostra, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, não será permitida nova apresentação por parte do licitante.

12.12. No caso de eliminação do licitante, será chamado o segundo colocado e, assim sucessivamente, até que seja encontrado licitante aprovado ou não haja mais licitantes a serem avaliados.

12.13. Os custos com a amostra serão de responsabilidade exclusiva do licitante.

12.14. A APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO é de responsabilidade exclusiva do Setor de farmácia do Hospital da Restauração.

12.15. Após a conclusão do certame, a licitante terá um prazo de 03 (três) dias úteis para fazer a retirada das amostras, sem ônus para a Administração, que serão devolvidas no estado em que se encontrem. Caso não sejam recolhidas, o Hospital da Restauração isenta-se da guarda do objeto, ficando este sujeito à destinação a que a Administração Pública entender adequada, conforme art. 20, § 3º, do Decreto nº 53.384/2022.

13. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

13.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA, em plena validade;

13.1.2. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.1.3. Será considerado compatível em características o fornecimento de MATERIAIS MÉDICOS.

13.1.3. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

13.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

13.1.5. Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, por observar os ditames do §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.6. Comprovação de atendimento aos requisitos Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa , previstos na lei com base na Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e na Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014.

13.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.2.1. Os requisitos de qualificação econômico-financeira serão descritos no Edital da presente contratação.

13.2.2. Comprovação do Patrimônio Líquido para o respectivo item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

13.2.3. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- = igual ou superior a ____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- = igual ou superior a ____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- = igual ou superior a ____

Passivo Circulante

14.DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso I e IV do Decreto Estadual nº 42.530/2015, haja vista que a contratação de **Produtos Médicos (NEUROFUNCIONAL)**, requer a realização de contratações frequentes, com entrega sob a forma de ordens de fornecimentos, emitidas conforme a demanda do Hospital da Restauração, naturalmente variável. Desse modo, o registro de preços é a forma mais eficiente de licitar tais objetos, uma vez que permite a efetivação de contratações de acordo com as necessidades do momento, sem vincular-se a quantitativos e prazos previamente definidos.

14.2. ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A)

14.2.1. O HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO é o(a) órgão/entidade gerenciador(a) deste Registro de Preços;

14.3. ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

14.3.1. Figuram como **ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES** da presente Ata de Registro de Preços Corporativa todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

14.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

14.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

14.5.1. O prazo de vigência da ata será de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura.

14.5.2. O prazo de vigência mencionado acima poderá ser prorrogado, por igual período, desde que tenha saldo disponível em ata e seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

14.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

14.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

14.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone: (81) 3181-5412 ou 3181-5604, e-mail: enviodocumentacaocplhr@gmail.com, para autorização.

14.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADORA DA ATA

14.7.1. As obrigações do órgão/entidade gerenciador(a) da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

14.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

14.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

15. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

15.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta da ATA de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

16. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS APLICÁVEIS À CONTRATAÇÃO

16.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

16.1.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

16.1.2. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

16.1.3. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

16.1.4. As demais disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

17.SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

17.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

17.2. Além das sanções que serão dispostas na minuta da ata de registro de preços, são requeridas as seguintes sanções específicas na presente contratação:

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento

Anexo B – Modelo de proposta

NIVALDO SENA DE ALMEIDA
CRM 6840
Gerente Médico do Serviço de Neurocirurgia
Matrícula nº 302.875-5



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE:-Edital de Fornecimento de Bens entrega futura com SRP (Atualizado em XX/XX/2023) e a Minuta do Contrato-de Fornecimento de bens, entrega futura, integral ou parcelada com SRP (Atualizado em XX/XX/2023)-

VERSÃO DO MODELO SAD	DATA
v. 01	XX/XX/2023

ANEXO A
MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

ANEXO B

Modelo de Proposta
(em papel timbrado do licitante)

Itens/ Lotes	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

ANEXO A
MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B

Modelo de Proposta
(em papel timbrado do licitante)

Itens/ Lotes	Código E-Fisco	Descrição	Unid.	Valor unitário máximo	Qtde	Valor Total
1				R\$		R\$
2				R\$		R\$
3				R\$		R\$
4				R\$		R\$
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Data/Nome e assinatura do responsável



Documento assinado eletronicamente por **Petrus Moura de Andrade Lima**, em 06/10/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nivaldo Sena de Almeida**, em 06/10/2023, às 11:45, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 41957911 eo código CRC 093029DF.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/ _____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJXXX

ANEXO III
DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**¹⁴, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em **XXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXX**, neste ato representada pelo(a) **XXX (nome e cargo)**, portador da matrícula funcional nº **XXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico ou Concorrência Eletrônica** nº **XXXXX**, homologado através do Ato **XXXX**, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**¹⁵, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº **XXX**, com sede em **XXX**, neste ato, representada por **XXX**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de PRODUTOS MÉDICOS (insumos hospitalares), conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figura(m) como **PARTICIPANTE(S)** o HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO GOV. PAULO GUERRA e HOSPITAL AGAMENOM MAGALHÃES da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

2.3. Os quantitativos previstos poderão ser remanejados pelo **GERENCIADOR** entre os **PARTICIPANTES**, desde que haja prévia anuência do **PARTICIPANTE** que vier a sofrer redução de seu saldo.

¹⁴ Utilizar Estado de Pernambuco apenas quando o contratante for órgão da Administração Direta.

¹⁵ Fazer os ajustes necessários se a contratada for pessoa física.

2.4.A DETENTORA DA ATA poderá aceitar ou não o remanejamento proposto no caso de envolver órgãos ou entidades localizados em regiões distintas com impacto sobre a execução do objeto.

3. DO PREÇO

3.1. A DETENTORA DA ATA se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

LOTE XXXXX						
Item	Código do EFisco	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1.O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, se houver saldo disponível, vedada a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5.DO REAJUSTE

5.1.O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2.A DETENTORA DA ATA deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao GERENCIADOR durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3.O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante apostilamento.

5.4.Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1.Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1.A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1.A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
- b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1.O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2.Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados. Caso a proposta de redução tenha repercussão na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, somente será aceita se:

a) respeitar o intervalo mínimo de XXX% em relação ao preço registrado.

b) houver comunicação às detentoras dos demais itens/lotos espelhados, facultando-lhes oportunidade de apresentar nova proposta.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7.DA ORDEM DE PREFERÊNCIA NO CONSUMO DA ATA

7.1. O consumo da Ata deverá ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, consumindo-se os demais lotes nessa sequência apenas quando exaurido o quantitativo daquele.

7.2. Se a mesma empresa vencer a licitação nas cotas ampla e reservada, ou vencer em mais de um item/lote espelhado, com preços distintos, o consumo da Ata deve ocorrer primeiro no item/lote mais vantajoso, devendo ser contratados os demais itens/lotos em sequência apenas após o exaurimento dos quantitativos registrados mais vantajosos.

7.3. Se empresas distintas vencerem cotas ampla e reservada com preços iguais, a cota reservada terá prioridade de contratação.

7.4. Se empresas distintas venceram itens/lotos espelhados com preços iguais, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais terão direito de preferência na contratação.

7.5. Na impossibilidade de se aplicar o critério previsto no item 7.4, o **GERENCIADOR** deverá realizar sorteio para a definição da ordem de preferência na contratação.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

8.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a [assinatura de termo de contrato](#) **OU** [retirada da ordem de fornecimento](#), conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

8.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para [assinatura do termo de contrato](#) **ou** [retirada da ordem de fornecimento](#) no prazo de **05 (cinco)** dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

8.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

[8.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.](#)

8.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

8.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

8.7. Nas hipóteses do item 8.5 e 8.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

9.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

9.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

9.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;

9.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;

9.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

9.1.6. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

9.1.7. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

9.1.9. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

10.1. A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:

10.1.1. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

10.1.3. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.

10.1.4. Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

10.1.5. Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

11. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.2. Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

11.3. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.4. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

11.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 8.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

11.6. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 11.2 e 11.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

12.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

12.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

12.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

12.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

12.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

12.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for

o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

12.2.A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

12.4.Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 12.1.6.

13.DAS INFRAÇÕES A DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

13.1.1.não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

13.1.2.recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

13.1.3.recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

13.2.A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

13.2.1.Multa de **1% (um por cento) a 10% (dez por cento)** sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**¹⁶e o máximo de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 13.1.1 desta Ata;

13.2.2.Multa de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** e máximo de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3. desta Ata.

13.3.Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

13.3.1.na infração prevista no item 13.1.1: de 6 a 12 meses;

13.3.2. nas infrações previstas nos itens 13.1.2. e 13.1.3: até 6 meses.

13.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

¹⁶Cumprir observar que, nas situações em que são previstos limites financeiros mínimos, faz-se necessário comparar o valor estabelecido na cláusula correspondente com o montante estimado na licitação, de modo que não se poderia cominar multa mínima desproporcional ao porte da Ata de Registro de Preços.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0146.2023. AC- 48. PE. 0124. SAD. SES
SEI Nº 2300000871.000684/2023-63

13.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 13.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 13.1.2 e 13.1.3.

14.DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Data conforme assinatura eletrônica.

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ/MF nº
DETENTORA DA ATA